

**As relações sócio/espaciais entre cidades pequenas e médias do interior do Brasil:
um estudo sobre as áreas de cerrado em Minas Gerais - Brasil**

Beatriz Ribeiro Soares
Instituto de Geografia – UFU
Uberlândia, MG - Brasil
Endereço Eletrônico: brsoares@ufu.br

O processo de urbanização nas áreas de cerrado brasileiro intensificou-se a partir da década de 1970, com a implementação de políticas e estratégias para incentivar a ocupação territorial, ampliar o mercado produtor/consumidor de bens e serviços; criar condições para a expansão de atividades urbano/industriais e modernizar o campo. De outro lado, as mudanças no papel do Estado, no setor de transporte/comunicação/informação, nas relações de trabalho, enfim, no próprio sistema de produção/circulação e consumo vêm redefinindo a posição e a função das cidades médias no sistema urbano nacional, fazendo com que as mesmas sejam objeto de constantes transformações. Com relação ao cerrado mineiro, as mesmas passaram a apresentar significativas taxas de crescimento populacional e econômico assumindo o papel de centros polarizadores do excedente produzido na região.

No entanto, as pequenas cidades aí localizadas não conseguem atender as necessidades de sua população ficando, portanto, cada vez mais dependentes destes centros. Neste trabalho, o nosso desafio é conhecer as múltiplas relações entre as cidades médias do cerrado mineiro e seu entorno regional, composto de pequenas cidades, que somente podem ser analisadas quando se considera o mundo rural. Estas localidades não são isoladas, mas estão integradas a espaços sociais mais amplos, sobretudo, através das complexas relações associadas à vida urbana.

De acordo com Pinto (2002), histórica e geomorfologicamente, Minas são duas: as *Minas* e os *Gerais*. As *Minas* são as partes central, sul e zona da Mata; os *Gerais*, os cerrados do norte, noroeste e oeste. Cerrado é o nome regional dado às savanas brasileiras e cerca de 85% do Brasil Central foi originalmente dominado pela paisagem de cerrados representando cerca de 2 milhões de km², ou aproximadamente 20% da superfície do País. O clima típico dos cerrados é quente, semi-úmido e claramente sazonal, com verão chuvoso e inverno seco. A pluviosidade média anual fica entre 800 a 1600 mm. Os solos são geralmente muito antigos, quimicamente pobres e profundos. O estado de Minas Gerais

possui grande percentual de cerrado em sua cobertura vegetal natural, entretanto, restam apenas 38,58% da cobertura vegetal natural no estado e, desse total, cerca de 21,23% são áreas de cerrados, o que corresponde a mais de 55% de sua vegetação natural.(www.geominas.gov.br.)

No século XVIII, iniciou-se a ocupação do cerrado por exploração das bandeiras paulistas que vinham em busca de minérios e pedras preciosas. A criação extensiva de gado substituiu a mineração e foi um dos responsáveis pelo seu povoamento. No entanto, foi apenas no final do século XIX, que a ocupação se efetivou, tendo em vista a construção de estradas férreas entre os estados de São Paulo e Goiás, atravessando o Triângulo Mineiro. Dentre os fatores que definiram o cerrado como uma fronteira agrícola, está a construção de Brasília no final dos anos 1950 e a conseqüente malha rodoviária implantada, interligando a nova capital aos demais estados vizinhos.

Minas Gerais¹, como o próprio nome indica, apresenta uma pluralidade, tamanha sua diversidade regional, que se faz presente nos aspectos geológicos, econômicos, políticos, sociais e culturais. Sua área distinta, geográfica e economicamente, inclui a Zona da Mata, em que se localizam as cidades de Juiz de Fora, Barbacena e Leopoldina; o Triângulo Mineiro, em que as principais cidades são Uberaba, Uberlândia e Araxá; a área Central, com a capital Belo Horizonte, Ouro Preto, São João del Rey, Sabará e Mariana; o planalto do Alto Rio Grande, com as estâncias minerais de Poços de Caldas, Caxambu e São Lourenço; o vale do Rio Doce, onde está localizada a cidade de Governador Valadares; e o vale do Jequitinhonha, onde se encontra a cidade de Montes Claros.

A partir da década de 1970, o estado de Minas Gerais amplia sua base industrial, aproveitando as vantagens dos incentivos fiscais, federais e estaduais. De acordo com dados de 1999 do IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-, Minas Gerais era o segundo estado brasileiro mais industrializado, mas que também desenvolveu o setor agropecuário produzindo café, soja, frutas, leite e carne. Esse quadro ocasionou expressivas transformações que provocaram uma intensa migração rural e o conseqüente aumento da população nas grandes e médias cidades.

O estado, de acordo com o Censo Demográfico de 2000, possuía uma população de 17.835.488 habitantes distribuída entre 853 municípios, sendo 81,99 % residente na área urbana e na zona rural 7,01 % do total. O setor de serviços é o que vem apresentando o maior desempenho no estado, representando, em 1995, 53,7% do PIB estadual. A indústria corresponde a 35,6% do PIB estadual e a agropecuária a 10,7%. As regiões central, do sul

¹ Localizado a noroeste da região Sudeste do país, o estado de Minas Gerais possui área de 588.383,6 km², que corresponde a 7% do território nacional, limitando-se ao norte e nordeste com o estado da Bahia; a leste com o estado do Espírito Santo; ao sul e sudeste com o estado do Rio de Janeiro; e ao sul e sudoeste com o estado de São Paulo.

de Minas, do Triângulo Mineiro, do Rio Doce e a Zona da Mata são as de maior relevância econômica do estado, sendo responsáveis por 76% do PIB.

Se observarmos a malha municipal mineira percebemos que sua fragmentação territorial e espacial também está parcelada em duas: as *Minas*, com um número maior de municípios, no entanto, menores em termos de tamanho territorial e nos *Gerais*, esta fragmentação já não é tão intensa, com um número de municípios bem menor, mas maiores em termos territoriais. O que nos interessa, neste trabalho são os *Gerais* dos cerrados, de relevos tabulares, de bacias sedimentares, fruto da ocupação de geralistas provenientes da região central de Minas Gerais. Os geralistas povoaram o oeste de Minas Gerais e o Sul Goiano pois receberam do governo imperial, sesmarias que deram origem aos latifúndios. Estas fazendas ocupavam territórios imensos que dificultaram a formação de vilas e arraiais próximos. Este quadro natural e histórico explica a ocupação territorial tardia e os motivos da existência de um pequeno número de municípios de com grande extensão territorial, como por exemplo os existentes no Triângulo Mineiro e Norte de Minas, que apresentam mais de 5000km², com população total que varia entre 2000 e 500 mil habitantes.

Nesse sentido, existe uma complexidade para se estudar Minas Gerais, particularmente, as áreas de cerrado, tendo em vista diversificação dos pequenos municípios²; as relações urbanização e ruralidades, impactos do desenvolvimento tecnológico na rede urbana e seu significado no contexto da sociedade mineira. O que nos interessa, neste trabalho é compreender as relações sócio/espaciais entre cidades pequenas e médias, considerando-se que nas pequenas cidades existem importantes fatores de produção, que às vezes não estão mais presentes nas grandes e médias cidades, tais como matéria prima, mão de obra barata e às vezes qualificada, proximidades aos mercados rurais, baixo custos dos terrenos, entre outros. Ao mesmo tempo, apresentam um ambiente agradável tendo em vista a existência de paisagens entremeadas de traços urbanos e rurais, são pouco densas do ponto de vista populacional; sua área urbana é ocupada continuamente em seu território construído, portanto sem *vazios urbanos*, por vezes apenas a igreja, o ginásio de esportes tem um papel marcante na paisagem urbana. É preciso destacar ainda, o importante significado dessas aglomerações na absorção de parte expressiva do fluxo migratório rural.

No entanto, há uma dificuldade para tratar a questão, particularmente no que diz respeito à própria delimitação do que pode ser considerado como pequena cidade no Brasil. Sobre o processo de metropolização e a expansão das cidades médias, estudiosos fizeram relevantes estudos a respeito dessas temáticas urbanas, no entanto, a questão das

² Os pequenos municípios também serão denominados de pequenas cidades ou pequenos centros, por acharmos que para o entendimento dessas aglomerações populacionais devemos levar em consideração os limites urbanos e o rurais, pois se levarmos em conta apenas o limite da cidade corremos o risco de não compreendê-los em sua totalidade.

pequenas cidades parece ter ficado à margem, sem se que se formulasse uma reflexão mais sistemática sobre as mesmas, talvez pelo fato do que pouco representam no universo na divisão populacional brasileira. Contudo, no que diz respeito ao ponto de vista numérico é muito importante, visto que contêm mais de 70% dos municípios brasileiros.

De acordo com a Constituição Brasileira de 1946 toda sede de distrito é considerada uma cidade, independente de seu tamanho territorial ou populacional. Diante das dificuldades de classificação o IBGE (1996) para fins de recenseamento identifica as situações urbana e rural. *Na situação urbana consideram-se pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos.* De acordo com WANDERLEY (2000:31) existe uma definição oficial particular que têm conseqüências para o dinamismo interno dos pequenos municípios. *Toda sede municipal, independente da dimensão de sua população e dos equipamentos coletivos que dispõe, é considerada cidade e sua população é contada como urbana. O meio rural corresponde ao entorno da cidade.* De fato, nos pequenos municípios no interior no Brasil, particularmente nas regiões agrícolas, vive grande parte, daquela que Milton Santos (1993) denomina de população agrícola, composta de pessoas que moram nas cidades e trabalham no campo. E, de acordo com Maria Nazareth Wanderley (2000:32)

É preciso considerar, portanto, que o urbano em questão é, nestes casos, constituído pelas pequenas cidades. Assim, o contato intermitente ou permanente dos rurais com cidades deste tipo nem sempre significa o acesso a uma efetiva e profunda experiência urbana, que se diferencie ou mesmo se oponha ao seu modo de vida rural, mas pode significar, simplesmente, a reiteração de uma experiência de vida rural menos precária que, por sinal, nem toda pequena cidade brasileira consegue assegurar a seus moradores, urbanos ou rurais.

E quanto ao tamanho populacional existem divergências de classificação, no entanto, essas cidades exercem funções no chamado sistema urbano, mesmo que limitadas, considerando-se uma verdadeira experiência da vida urbana. Quando se fala em cidades pequenas, o tamanho demográfico vem logo à mente; portanto, aceitar um número mínimo, como fizeram diversos países, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é criar uma generalização perigosa.

O IPEA- Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas-, utiliza a denominação generalizada de “pequenos centros”, e os subdividem em três grupos, por tamanho populacional; constituindo-se o primeiro grupo em cidades de até 10.000 habitantes, o segundo em cidades de 10.000 a 20.000 habitantes e o terceiro, de 20.000 a 50.000 habitantes.

Para compreendê-los é preciso considerar sua dinâmica social interna, ou seja, aquela que resulta da maior ou menor intensidade e complexidade da vida local, bem como, as formas de inserção em uma dinâmica social externa. Estas localidades não são isoladas, mas estão integradas a redes urbanas, através de complexas relações associadas ao mercado e à vida urbana.

A pequena cidade, que SANTOS (1979) prefere chamar de cidade local distingue-se, de uma cidade média, dentre outros fatores, por sua influência estritamente local. Apesar de a mesma possuir um nível urbano elementar, é fundamental para seu entorno imediato, ou seja, as vilas e a zona rural, através das solicitações de produção, circulação, distribuição e consumo que, à medida do possível, têm que ser satisfeitas, localmente.

No entanto, OLIVEIRA e SOARES (2001) pensam que as chamadas cidades locais, em alguns casos ainda podem se encontrar isoladas e dispersas, tendo em vista a relativa heterogeneidade com que o progresso das telecomunicações e dos transportes se difundem, pois as localidades apresentam uma receptividade diferente aos modernismos, seja por seus recursos naturais e humanos, infra-estrutura, produção, etc.. Podem ser, também, incluídos outros fatores, tais como o significado das grandes e médias cidades no contexto regional; bem como a acessibilidade e localização menos privilegiadas. De acordo com estas autoras, estas condições impedem o desenvolvimento das pequenas cidades fazendo com que as mesmas sejam levadas a um processo de estagnação. Entretanto, mesmo diante de uma situação precária isoladamente, é o conjunto de pequenas cidades que vai dar importância econômica, política e cultural para a região em que estão presentes.

Em sua obra, *O espaço dividido* de 1979, Milton Santos cria uma hierarquia urbana, propondo a seguinte classificação: cidades locais, cidades regionais, metrópoles incompletas e metrópoles completas. Uma hierarquia piramidal, em que todas as cidades de mesmo nível recorreriam às cidades de níveis superiores, em busca de bens e serviços que não tivessem condições de produzir; ou seja, o autor considerou que a capacidade de organização do espaço dependeria de seu nível funcional.

Todavia, essa hierarquia para a rede urbana teve de ser repensada, principalmente após a influência do período tecnológico, visto que o significado da mesma variável altera-se no decurso do tempo e cada centro, por menor que seja, participa, ainda que não exclusivamente, de um ou mais circuitos espaciais de produção, como aponta CORRÊA (1995), produzindo, distribuindo bens, serviços e informações que, crescentemente, circulam por intermédio da efetiva ação de grandes corporações e da rede financeira, articuladas globalmente.

O que se verifica, na atualidade, é que cada centro, independente de seu tamanho populacional, consegue manter relações econômicas, políticas e sociais, com outros

centros, sem ter que necessariamente seguir uma ordem piramidal. A dispersão da informação, tecnologia e ciência pela rede urbana e área rural (transformada em áreas agrícolas) contribuem, particularmente para esse novo contexto histórico.

Através da globalização da economia, das informações, ou melhor, da nova sociedade e dos lugares, ocorreram expressivos impactos sobre o urbano: de um lado, pela criação de novos centros, e de outro, pelas alterações funcionais ou refuncionalização dos pequenos centros existentes, que estão intimamente ligadas à influência e as modificações destes com seu entorno, particularmente, o rural.

O desenvolvimento da atividade agrícola apresenta-se, neste período contemporâneo, cada vez mais servido pela ciência e pela técnica. Verifica-se, cada vez mais, uma interdependência funcional entre campo e cidade; sendo que essa última vai equipar-se, a fim de abastecer o campo, com novas técnicas e informações, muitas vezes mudando seu conteúdo.

Oliveira e Soares (2001) estudando as pequenas cidades do Triângulo Mineiro constataram que a modernização agrícola e seus desdobramentos impôs a implantação de setores comerciais e de serviços voltados para suas necessidades imediatas, mesmo nas menores que sendo assim, necessitam se equipar, frente à dispersão de fluxos (capitais, informação, mensagens, ordens) de cidades médias e grandes, para as cidades locais e para o campo.

Entretanto, não é necessário uma hierarquia urbana de tamanho populacional e funcional para que relações comerciais, administrativas, serviços, informação, entre outros, cheguem ao ponto mais alto ou mais baixo da antiga “*pirâmide-urbana*”. Atualmente, as trocas ocorrem sem necessariamente seguir um nível hierárquico, como é o caso de relações cidades locais e metrópoles, ou cidades médias e campo. Ao mesmo tempo, cria uma nova divisão do trabalho agrícola, através da necessidade de especialistas do campo e também dos trabalhadores estacionais, urbanos, pela sua residência.

No caso do cerrado mineiro, à expansão agrícola tecnificada associam-se direta e indiretamente, atividades industriais, comerciais e de serviços diversos, que vem promovendo uma reorganização dos espaços. É grande o número das pequenas cidades, que, situadas entre o urbano e o rural, experimentam um processo contínuo de transformação, desenvolvendo-se ou retraindo-se, acompanhando a dinâmica econômica. Segundo Cláudio Henrique Sá (2000) as cidades multiplicam-se na paisagem, cada vez mais interligadas entre si, numa integração vital à sua subsistência, numa nova era comandada pela informação, em que a atualização tecnológica é um fator adequado, capaz de determinar a *vida* ou *morte* dessas cidades.

O desenvolvimento das atividades agropecuárias, no cerrado mineiro levou a uma incipiente urbanização desse espaço, no período que se seguiu ao da mineração. Com a

modernização agrícola e industrial ocorre uma inter-conexão direta entre centros urbanos e áreas de produção agrícola .

Com o crescimento do consumo de bens materiais e imateriais, como educação e saúde, as funções urbanas se transformam. A rede urbana torna-se complexa, pois tanto o campo como a cidade precisam responder às novas condições que se fazem necessárias à realização da economia moderna. Essas condições implicam numa contínua reconfiguração do espaço, no que diz respeito à sua forma e função. Em consequência disso, o ritmo de crescimento das cidades milionárias começa a sofrer um decréscimo e, por outro lado, cresce o número de cidades locais e cidades médias, que, atingidas pela modernidade, passam a integrar o circuito produtor, circulador e consumidor. (SANTOS , 1993)

As distâncias reduzidas pelas telecomunicações, dispensam a presença real, que pode ser compensada pela presença virtual, possibilitando aos órgãos e empresas *estarem em todo lugar ao mesmo tempo*. Assim, as vantagens locais passam a ser condicionadas por fatores mais de ordem política, pois a proximidade do centro consumidor e dos centros tecnológicos é muitas vezes, dispensável, pela eficiência dos transportes e comunicações.

Diante desse contexto, a agricultura moderna e tecnificada, e suas indústrias, são então fatores que têm levado as pequenas cidades a especializarem-se continuamente para atender à produção específica de seu entorno. Entretanto, sua especialização é pontual, pois, fora disso elas são dependentes dos grandes centros, mais bem equipados e com uma gama de especializações mais ampla. Sua função então pode ser a de estoques de novos meios de consumo, insumos, postos bancários de crédito agrícola, centros de mão-de-obra, transportes e telecomunicações, aos quais o campo modernizado estará diretamente ligado.

Este processo, valorizou também certas categorias de profissionais, relevantes para esse modo de produção baseado no desenvolvimento científico e sendo assim, crescem em importância as figuras do engenheiro agrônomo, do veterinário, dos técnicos agrícolas, que se estabelecem nessas cidades e prestam serviços a toda a região de abrangência das mesmas, as quais possuem uma infra-estrutura suficiente para desenvolvam suas atividades, recorrendo aos centros especializados, para trabalhos de maior nível de especialidade.

De outro lado, os solos do cerrado são receptivos aos implementos tecnológicos na agricultura, pois a mecanização é facilitada pela constituição do solo e do relevo, e sua baixa fertilidade pode se converter em alta produtividade ao se aplicar os corretivos químicos apropriados. A possibilidade de uso de maquinários modernos também eleva a rentabilidade da produção do cerrado, ao agilizar várias fases dessa produção de uma maneira mais econômica.

De qualquer maneira, as atividades agrícolas, pecuárias e industriais desenvolvidas no cerrado, vêm incorporando cada vez mais tecnologia e exigindo das cidades que se adequem à realidade da produção moderna, tecnificada, que tem levado a uma consolidação das redes urbanas no cerrado, quando os espaços urbanos e agrícolas passam a integrar uma rede de comunicação e circulação eficientes, numa nova divisão territorial do trabalho.

Num primeiro momento reservava-se às sedes municipais uma função religiosa ou administrativa, sempre voltadas às necessidades rurais. A população brasileira residia no campo e as cidades eram voltadas para o campo. Com a urbanização, o modo de vida das cidades passou a dominar houve uma inversão dos fatores, pois as atividades do campo passaram a ser voltadas para as cidades. Mesmo quando as pequenas cidades voltam seus serviços à atividade agrícola, seu retorno se reverte de volta às cidades, através de seus produtos finais, seja para o consumo direto, seja para alimentar a indústria.

Essas cidades surgem então como um intermédio entre o campo modernizado e as cidades médias, pois quando estão integradas ao sistema produtivo do País, elas passam a exigir uma crescente demanda por trabalho, consumo, educação e lazer que o campo não ofereceria.

Na pesquisa de Sá (2000) sobre a realidade mineira, observamos que as cidades com população total no ano de 2000, entre 20 e 50 mil habitantes apresentavam serviços de saúde e educação e postos bancários. A TABELA 1, mostra o número de Unidades de atendimento médico³ e de leitos em cada uma das cidades. Nesse sentido, as cidades que possuem um maior número de unidades e leitos disponíveis acabam funcionando como centros locais de atendimento médico, possibilitando inclusive internações de pessoas de cidades menores, em que não exista essa possibilidade de atendimento.

Em relação aos dados sobre infra-estrutura, verificamos que essas cidades possuem uma condição mínima para atender a si e ao seu entorno no que diz respeito a instituições de ensino e saúde. Constatamos que todas elas possuem estabelecimentos de ensino fundamental e médio e, ainda, cursos de nível técnico, em que destacam-se os cursos de contabilidade e magistério. Dentre as 18 cidades pesquisadas, apenas 1/3 delas possui cursos superiores, sobressaindo a cidade de Diamantina, com 08 cursos superiores. Em todas elas, encontramos agências de atendimento bancário, num mínimo de duas, o que sugere e confirma a idéia de uma movimentação financeira regular. No entanto, esses serviços não atendem as necessidades da população, que buscam centros urbanos mais equipados.

³ Conta-se como unidades de atendimento médico, os hospitais, ambulatórios e postos municipais de saúde. A quantidade de leitos disponíveis encontra-se na mesma coluna, entre parênteses

Tabela 1: Unidades de Atendimento Médico, Agências Bancárias e Instituições/Cursos de Ensino por categoria

Nº	Cidade	Unidades Atendimento Médico (leitos)1994	Bancos	Ensino	
				Técnico	Superior
1	ALMENARA	2 (101)	4	2	1
2	BOA ESPERANÇA	2 (73)	4	2	4
3	BOCAIÚVA	2 (111)	3	5	-
4	BRASÍLIA DE MINAS	1 (35)	2	2	-
5	CAMPO BELO	3 (113)	4	2	1
6	CARMO DO PARANAÍBA	3 (39)	4	2	-

Fonte: ALMG, <https://www.alm.gov.br>. Dados Saúde, 1994. Dados Instituições Financeiras 1999. Dados Educacionais 1997. Organização do Autor.

Observamos, em uma pesquisa realizada por Silva (2000) sobre o perfil sócio econômico das cidades médias localizadas nas áreas de cerrado em Minas Gerais, tendo em vista seu caráter funcional, influência regional, existência de equipamentos urbanos e políticas públicas de preservação, uma complementaridade com as pequenas cidades, basicamente sobre a oferta de produtos e serviços. Ao mesmo tempo, outro lado, foi identificado nesse estudo que as atividades econômicas – primárias, secundárias e terciárias - relacionadas ao campo modernizado tem uma significativa importância no desenvolvimento de cidades médias, seja pelo provimento de produtos e serviços, seja pelo conteúdo rural dessas aglomerações, enfim, pelo seu processo histórico de origem agrária. As cidades de Uberaba, Uberlândia e Montes Claros continuam a maior concentração de serviços especializados em saúde e educação, bem como número de agências bancárias, garantindo-lhes um importante desempenho na rede urbana regional, como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2: Unidades de Atendimento Médico, Agências Bancárias e Instituições/ Cursos de Ensino por categoria – ano 2000

Nº	Cidade	Unidades Atendimento Médico (leitos) 1994	Bancos	Ensino	
				Médio	Superior[1]
1	MONTES CLAROS	118 (1027)	10	2	2
2	UBERABA	102 (1165)	19	2	3
3	UBERLÂNDIA	130 (752)	37	41	6

[1] Os dados de ensino superior consideram apenas o número de instituições. Em todas elas existem cursos nas áreas de Ciências Humanas , Exatas e Biomédicas
Fonte: Censo IBGE 2000.

No entanto, elas capitalizam os recursos dos centros urbanos vizinhos, enquanto vários deles enfrentam precárias condições de existência. Polarizam atividades e recursos, e, conseqüentemente, contribuem para o esvaziamento de funções tradicionais nas cidades de seu entorno. E sendo assim, as cidades médias cada vez mais se sofisticam e se diversificam enquanto os centros menores se vêem privados de equipamentos, empregos, serviços e suas populações privadas de melhorias nas condições de vida e de trabalho.

A verdade é que todos os lugares, grandes ou pequenos têm um potencial de participação na produção econômica. O período técnico científico vem contribuir para a formação de um espaço global, graças a alta fluidez do capital. As cidades, estruturadas em rede, passam a complementar-se, num compartilhar de seus equipamentos. Pode ocorrer de um centro não necessitar em tão alto grau possuir todos os equipamentos, por deter uma pequena demanda, sendo então mais interessante e economicamente viável compartilhá-los com os centros maiores. Esses serviços, mais especializados, as cidades médias possuem, para si e para sua área de influência, e, geralmente são implantados considerando-se uma demanda regional..

Nesse sentido, as cidades médias têm um importante papel a desempenhar em relação ao seu entorno, especialmente núcleos rurais e pequenos, pois as mesmas têm a função de contribuir para a reabilitação econômico/social das pequenas cidades, pois as diferenças entre cada cidade em relação ao seu conteúdo sócio-econômico revela uma vez mais a força do fator histórico e regional na conjuntura que as determina.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

CORRÊA. *A urbanização nas Áreas de Cerrado; algumas notas*. Sociedade & Natureza, v.7, ns. 13 e 14, 1995 - Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Departamento de geografia/EDUFU.

ENDLICH, A Rede urbana, urbanidade e as pequenas cidades: ensaiando a discussão. In: *Anais*. João Pessoa: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002. CD ROM

IBGE. *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas*. São Paulo. 1972.

OLIVEIRA, B. e SOARES, B.R. O papel das pequenas cidades para a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba frente ao período técnico-científico. In: **Revista Horizonte Científico**. Uberlândia. DIRP/PROPP/UFU, 2002 www.ufu.br/dirpe/revista

PINTO, G. **Minas Gerais: um estado plural e singular**. Uberlândia: 2002 . (mimeo)

SÁ, C. H . **Cidades locais em áreas de cerrado de Minas Gerais: um estudo de seu processo de urbanização no período técnico-científico**. Uberlândia, 2000 (Relatório de Pesquisa – IC/CNPq/UFU)

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves,

SANTOS, W. dos; **Cidades Locais. contexto regional e Urbanização no Período Técnico-Científico - o exemplo da região de Campinas -SP**. São Paulo: FFLCH/USP, 1989. (Tese de Doutorado).

SILVA, J. B. et al. **A cidade e o urbano: temas para debates**. Fortaleza: EUFC, 1997.

SILVA, L.V. **Cidades médias e dinâmica sócio/econômica: Minas Gerais e o cerrado**. Uberlândia. 2001.(Relatório de Pesquisa IC/CNPq/UFU)

SOARES, B.R. e BESSA,K. As novas redes de cerrado e a realidade urbana brasileira. In: **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: EdUFG, V.19, N.2, P.11/36

SOARES, B.R.; BESSA,K; MOURA. G.G **A importância econômica das cidades médias do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**. Uberlândia: IG, 2000. 120p. (Relatório de pesquisa – FAPEMIG/UFU)

WANDERLEY, M. ***Urbanização e ruralidade: relação entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco.*** Recife: UFPE. 2001. Texto disponível em <http://www.ipese.com.br>

Apresentação oral (mesa de discussão por grupo de interessados em debate aberto)

Tópico: *Encenários urbanos.*